

ANÁLISE DA OCUPAÇÃO ILEGAL DO RIO MORNO ATRAVÉS DAS VOZES DOS QUE VIVEM À “MARGEM”

FERNANDA CRISTINA VIEIRA BUARQUE DE AMORIM

RESUMO

A população é o foco desta pesquisa. Seu discurso constitui objeto de análise. Através do discurso dessa população, busca-se compreender o contexto socioambiental da ocupação ilegal das margens do rio Morno, bem como o seu grau de conscientização e de participação política. Na interpretação dos discursos, emprega-se uma metodologia quali-quantitativa, que utiliza o software Alceste e a Análise de Conteúdo. Os resultados da pesquisa constataam que a pobreza é a principal condição da ocupação ilegal e da consequente degradação ambiental. E que, dada essa condição, existe uma relação de dominação, historicamente enraizada, subjugando a população, levando-a à resignação e à falta de participação. Nesse contexto, a educação ambiental assume seu caráter problematizador e crítico, como proposta de mudança. O esclarecimento da realidade vivida pela população do rio Morno, através da compreensão dos seus discursos, constitui condição *sine qua non* ao planejamento e à execução dos projetos de educação ambiental, comprometidos com a promoção social e a qualidade ambiental.

1 INTRODUÇÃO

A ocupação desordenada das margens do rio Morno constitui o palco em que se descortina todo um contexto político, econômico e socioambiental que a pesquisa se propõe a desvelar.

A pesquisa considera a importância da interconexão do conhecimento do senso comum ao científico. Ressalta também a ação pedagógica através da educação ambiental como um importante instrumento na formação de cidadãos críticos, capazes de atuar no meio em que vivem, por uma melhor qualidade ambiental.

A primeira leitura sobre o comportamento da população a respeito do rio tem como hipótese a acomodação desta a uma situação de destruição do rio Morno. Porém, já na fase inicial da pesquisa, os depoimentos da população revelaram uma série de conflitos, estes relacionados à condição da pobreza, à ocupação ilegal, à questão da moradia, à degradação ambiental, às relações de poder político, dentre outros. Esses conflitos influenciam diretamente o comportamento dos moradores, e revelam a real face da acomodação, ao serem convencidos pela ideologia dominante de que são pobres,

ignorantes, e ilegais, consideram-se incapazes de atuar para mudar a sua condição de exclusão social, risco ambiental, e falta de moradia.

O enfoque principal diz respeito ao entendimento da ocupação do espaço nas margens de rio, a partir dos depoimentos colhidos através de entrevistas. Busca-se conhecer a realidade concreta e avaliar o conhecimento que a população tem desta realidade, seu envolvimento no tocante à participação e conscientização política, de modo a fornecer subsídios a iniciativas de interação e de intervenção, através da gestão participativa integrada e da educação ambiental.

A temática em estudo foi estruturada e distribuída no corpo do artigo a partir do Contexto da Urbanização no Brasil, focando-se na Região Metropolitana e no município do Recife. Seguem-se os Procedimentos Metodológicos; a Análise de Conteúdo dos Discursos dos Moradores segundo as Classes do Alceste; a Educação Ambiental e, por último, as Considerações Finais.

2 O CONTEXTO DA URBANIZAÇÃO NO BRASIL

Neste artigo destacamos a urbanização no Brasil, em particular aquela ocorrida na Região Metropolitana, no município do Recife, capital do Estado de Pernambuco.

Nos países desenvolvidos, a industrialização foi o fator determinante na concentração da população nas cidades. Essa aconteceu de forma gradual, pois o processo de industrialização foi se descentralizando geograficamente. Como resultado, formou-se uma densa e articulada rede de cidades organizadas, em termos de infraestrutura urbana e empregos, originando um fenômeno conhecido por metropolização.

Nos países subdesenvolvidos, fatores diversos concorreram para sua formação, sendo estes notadamente acelerados e repulsivos. Melo (1978: 28) ressalta o caráter distinto do fenômeno da Metropolização no Brasil, provocando grandes modificações espaciais, bem como sociais, associadas à pobreza e à degradação ambiental.

O processo de urbanização brasileira iniciou-se na década de 1950, na região sudeste, e se alastrou pelas demais regiões brasileiras. A figura 1 ilustra a evolução da população urbana e rural de 1940 a 2000.

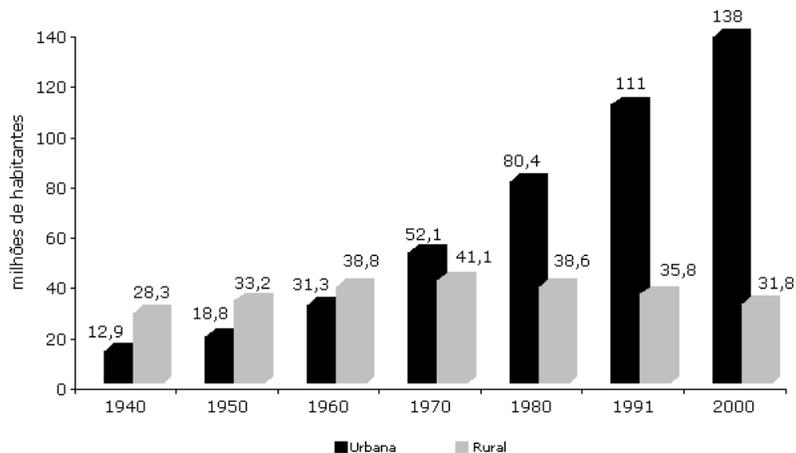


Figura 1: População residente, por situação do domicílio – Brasil 1940 a 2000 (IBGE, 2000)

Diversos autores (Melo 1978; Santos 1985; Prado Jr. 1998; Furtado 2007; Maricato 2008), destacam que o desenvolvimento urbano brasileiro preserva as relações históricas de poder, inscritas no colonialismo, confirmando o poder político e econômico dos grandes proprietários, em que o favor prevalece em detrimento da lei. São relações autoritárias, observadas principalmente nas comunidades pobres da periferia, como a do rio Morno, na Linha do Tiro, objeto da presente pesquisa. MARICATO (2008: 41), descreve tal conduta;

Várias são as análises que constata a persistente preservação das oligarquias por meio de alianças políticas, durante as mudanças pelas quais passa o país ao longo de sua história: [...] No lugar dos direitos individuais persiste a clássica relação de favor que na esfera da política implica nas trocas clientelistas, até mesmo nas metrópoles mais ricas. Apesar de muitas lutas, debates e até mesmo legislações aprovadas, relativas à reforma agrária, o latifúndio persiste incólume após quatro séculos. [...] Entre a lei e sua aplicação há um abismo que é medido pelas relações de poder na sociedade.

No tocante às peculiaridades da urbanização brasileira, merece destaque a metropolização ocorrida no Recife, Salvador e Fortaleza, diferente da ocorrida no Rio de Janeiro e São Paulo, notadamente relacionada ao dinamismo da economia. Melo (1978: 26) destaca os fatores determinantes dos fluxos migratórios que originaram a concentração urbana:

[...] enquanto São Paulo e no Rio de Janeiro as correntes centrípetas são devidas, sobretudo às forças de atração inerentes às áreas de elevado dinamismo econômico, os fluxos migratórios que convergem para Recife, derivam sobretudo da repulsão devida à fragilidade e distorções da economia interiorana. Somando-se ao incremento vegetativo, esses fluxos geram na região metropolitana um aumento populacional superior ao aumento da capacidade de absorção representada pelo sistema econômico e pelo equipamento funcional urbano.

Na região metropolitana do Recife as grandes desigualdades são evidenciadas pelos baixíssimos indicadores de qualidade de vida da região, onde cerca de 40% da população vive em assentamentos pobres, carentes de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

A Região Metropolitana de Recife (RMR), localizada na região Nordeste do Brasil, possui uma população de 3.730.397 habitantes, é formada por 14 municípios, numa área de 2.766 km², observada na figura 2.



Figura 2: Localização da Região Metropolitana de Recife

Fonte: Convênio IDRC-UFPE/FADE. Estudo Hidrológico da Região Metropolitana do Recife, 1999.

A RMR constitui-se a maior aglomeração urbana do Nordeste, a 5ª do Brasil, superada apenas por São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre, é a 108ª do

Mundo. Produz metade da riqueza do Estado de Pernambuco. No entanto tem na pobreza seu principal problema, refletida na paisagem, através das favelas.

O Município do Recife é o “núcleo central” da Região Metropolitana, metrópole regional do Nordeste Oriental, capital do Estado de Pernambuco. Ocupa uma extensão de 214km², sua população é de 1.422.905 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE 2000), esta corresponde a 43% da população da RMR.

O acelerado crescimento urbano do Recife caracterizou-se pelo “inchaço da cidade”, um crescimento eminentemente “sociopático”, repercutindo diretamente sobre os padrões de ocupação e construção da cidade e sobre a qualidade de vida da população. A cidade apresenta déficits na infraestrutura urbana, principalmente no que se refere à moradia e ao saneamento básico.

O caráter de inchaço ou de crescimento sociopático. [...] em grande parte por força da agregação de parcela derivada de fluxos centrípetos formados por gente pobre [...] e pelo crescimento vegetativo dos segmentos de baixa renda da população resultam panoramas de pobreza, senão de miséria, devidos às amplas áreas ocupadas por mocambos ou casebres nos espaços menos disputados, ou não disputados, pelos moradores de melhor nível. [...] O aumento do número de habitantes haveria de implicar em expansão também espacial da urb [...] concomitantemente sua forma peculiar de conquista de terras: a ocupação das áreas alagáveis (manguezais e várzeas baixas), [...], implicando em ruptura do equilíbrio ecológico e hidrológico [...] um dos fatores das enchentes calamitosas. (Melo, 1978:25).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (2003), o Recife concentra quase a metade das necessidades habitacionais da RMR. Em 2000, 42% da população recifense residia em 150 mil domicílios em Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). Existe um déficit habitacional de 47.327 novas moradias; e das existentes 44% foram consideradas inadequadas, existem ainda 4.701 pontos de risco nos morros e 195 famílias em área de risco, passíveis de remoção, em 96 localidades de alagados. Estes dados evidenciam um grave problema no que diz respeito ao déficit habitacional e à pobreza urbana.

Nesse contexto, a ilegalidade da moradia torna-se funcional: os assentamentos irregulares são parte integrante e significativa do desenvolvimento urbano, já que a produção de habitação via programas públicos ou mercado não alcança os segmentos de baixa renda. Santos (2004:10) destaca a pobreza visível na paisagem urbana das cidades brasileiras:

A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. [...] Ao longo do século, mas, sobretudo, nos períodos mais recentes, o processo brasileiro de urbanização revela uma crescente associação com a pobreza, cujo lócus passa a ser, cada vez mais, a cidade, sobretudo a grande cidade. [...] A indústria se desenvolve com a criação de pequeno número de empregos, e o terciário associa formas modernas às formas primitivas que remuneram mal e não garantem a ocupação.

O desemprego e a baixa remuneração são os ingredientes principais para que tenhamos na paisagem urbana a proliferação das favelas, resposta das populações despossuídas à condição de desamparo a que são submetidas.

Em 1983 o Recife cria um instrumento para legalizar as áreas ocupadas pela população de baixa renda. Através da Lei nº 16.176/96, de Uso e Ocupação do Solo do Recife, parte das favelas foi transformada em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS). Reconhecidas formalmente pelo governo, a ZEIS faz parte do planejamento urbano,

como “Cidade Informal”. Porém das 66 ZEIS instituídas no Recife, apenas três tiveram o seu processo de regularização fundiária e urbanística concluído em 2000, os poucos recursos destinados a esse programa (cerca de 2 milhões ao ano) não permitiram a melhoria das demais.

A pesquisa desenvolve-se na ZEIS Casa Amarela, localizada no Recife, no bairro da Linha do Tiro. A ZEIS Casa Amarela apresenta-se densamente povoada por comunidades pobres, que ocuparam a área desde as décadas de 40, 50 e 60, do século XX. Conforme dados do IBGE (2000), a população da Linha do Tiro é de 13.947 habitantes, numa área de 94,4 ha, com densidade de 147,77 hab/ha, com uma renda média mensal de R\$ 343,72, uma das vinte mais baixas da cidade.

A rede hidrográfica da ZEIS Casa Amarela é composta pela Bacia do Beberibe. O rio Morno é o principal afluente do Beberibe pela margem direita.

A bacia do Beberibe apresenta em toda sua extensão conflitos socioambientais, ocorrendo despejos de esgoto e de lixo, retirada de areia e ocupações em suas margens. (Plano Estruturador da Bacia do Beberibe. 2000). O rio Beberibe e o Morno são classificados como poluído e muito poluído, respectivamente.

No que se refere à ocupação das margens dos canais fluviais da bacia do Beberibe, estima-se que, em cerca de 49 km de margem, 19 km (40%) estavam ocupados, em 1997, por edificações em precárias condições sanitárias, ameaçadas por alagamentos periódicos, dificultando a drenagem (Programa Metrópole Estratégica: 2003). Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano, a bacia do Beberibe apresenta o maior índice de pobreza na RMR, dos 508 assentamentos de baixa renda da RMR, 163 estão nela localizados.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para a coleta de dados junto à população, foram elaboradas vinte e seis perguntas com a finalidade de servir de roteiro. Elas foram dirigidas para captar: 1. As condições do rio no passado e no presente; 2. O grau de conscientização e participação da população; 3. O contexto da ocupação da área; 4. A atuação do poder público.

As entrevistas foram gravadas nas dependências das Escolas Municipais do Recife: Ricardo Gama e Paulo VI, na Linha do Tiro, ou nas residências dos moradores, com o consentimento tácito das partes. Depois, transcritas no Word e, em seguida, formatadas para análise do software ALCESTE.

O software ALCESTE decompõe o texto em unidades de contexto e efetua a classificação hierárquica em função da distribuição do vocabulário, de acordo com as características comuns. Nesta pesquisa utilizamos a classificação hierárquica descendente. O software categorizou as entrevistas em classes de acordo com a frequência das palavras proferidas nos discursos, destacando-as com base no valor do χ^2 (qui-quadrado). A análise estatística das entrevistas pelo software ALCESTE identificou cinco diferentes classes, que se inter-relacionam por eixos norteadores, representadas no dendrograma apresentado na figura 3.

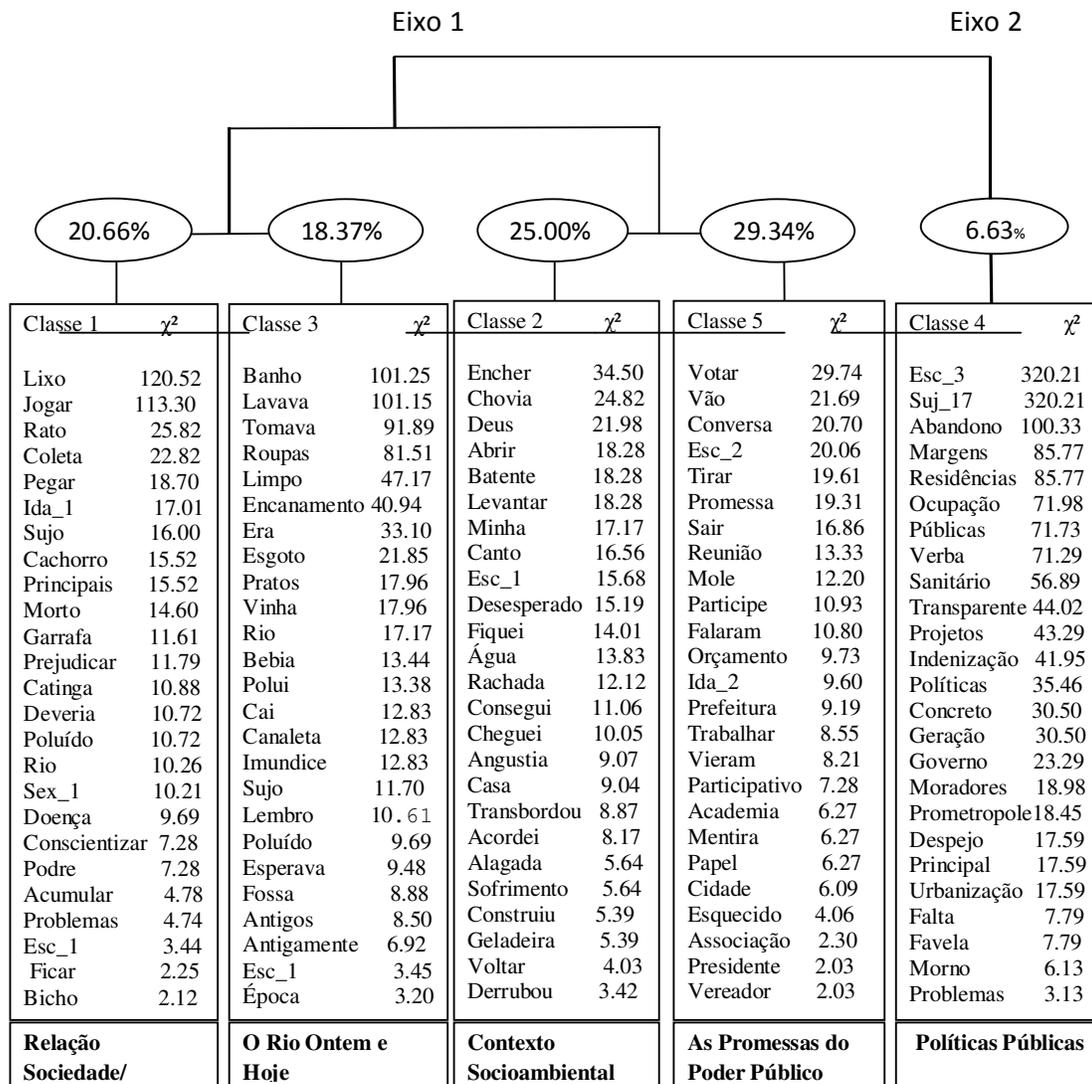


Figura 3: Dedrograma dos discursos da população das margens do rio Morno/ 2009.

A pesquisa denominou cada classe de acordo com a natureza dos discursos. Assim a classe 1 diz respeito à Relação Sociedade/Natureza; a classe 2 ao Contexto Socioambiental; a classe 3 ao Rio Ontem e Hoje; a classe 4 às Políticas Públicas e a classe 5 às Promessas do Poder Público.

Estas classes se relacionam através de dois eixos: o primeiro representa as classes 1 e 3/ 2 e 5, o segundo representa a classe 4, que se inter-relaciona com todas as demais. O primeiro eixo se subdivide em dois sub-eixos. O sub-eixo um: classes 1 e 3 e o sub-eixo dois: classes 2 e 5.

O material trabalhado pelo ALCESTE, juntamente com a Análise de Conteúdo, confere à pesquisa uma metodologia rigorosa de investigação científica, que procederá à interpretação e à compreensão dos discursos.

A Análise de Conteúdo constitui-se numa técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo das comunicações, realiza a interpretação dos conteúdos manifestos.

4 ANÁLISE DE CONTEÚDO DOS DISCURSOS DOS MORADORES DO RIO MORNO SEGUNDO AS CLASSES DO ALCESTE

Tendo como objetivo interpretar o contexto econômico, político e socioambiental no qual estão inseridos os moradores do rio Morno, o conhecimento do senso comum será analisado e interpretado. A partir da análise das classes realizada pelo ALCESTE e da Análise do Conteúdo, busca-se interpretar os sentidos e chegar aos resultados.

4.1 Relação Entre as Classes 1 e 3

A classe 1: Relação Sociedade/Natureza corresponde a 20,66% do *corpus* analisado. Nesta classe as palavras que mais se repetem são: jogar lixo no rio, sujo, sujeira, polui, poluição. Ela representa a relação estabelecida entre a população e o rio.

“Eu jogo lixo no rio, eu sei que é errado, [...], eu estou jogando lixo no rio, eu estou me prejudicando porque quando a água vem, ela entra na minha casa, entra na casa de todos os moradores porque lá não tem, não passa alguém para pegar o lixo. A EMLURB não chega lá pra poder pegar o lixo, se a EMLURB passasse, nós teríamos escolha pra não jogar lixo no rio, [...]. Alguns jogam pelo mesmo motivo e outros porque já se acostumou com o estado do rio e não procura a melhora do nosso rio”. (Suj. 6.)

“Não tem escolha aí a gente joga dentro do rio, mesmo, vai diretamente pro rio. Canalizar as águas do rio é um ato de ignorância de todos os moradores inclusive eu. Porque veja só se nós fôssemos mais inteligentes, a gente não jogava as fezes nossas dentro do rio, porque está nos prejudicando e prejudicando as outras pessoas, porque, você veja, Recife é banhado por águas”. (Suj. 6.)

A classe 3: Rio Ontem/ Hoje corresponde a 18,37% do *corpus* analisado. As palavras que mais se repetem são: rio; tomava banho; lavava roupa, lavava prato; era limpo; vinha, vim; beber, bebia água; antigo e antiga; encanamento, esgoto, canaleta; imundice; poluiu, poluímos, poluído, polui; sujo, sujeira; fossa; hoje. Nesta classe a saudade, o sentimento de perda da qualidade de vida, são testemunhos do que o rio Morno foi no passado e do que ele é hoje.

“Antigamente este rio era um lazer porque a água era tão limpa, tão limpa, que a gente tomava banho. O pessoal vinha de longe, mergulhava, tomava seu banho folgado, cada casa tinha seu separamento de palha, fazia aquele separamento, mulher tomava banho até despida. Agora o rio tá desse jeito, acabou-se o rio Morno. Hoje em dia um riacho, um canal [...] Lá em cima o cara pegava camarão de cesto, botava o cesto e o camarão vinha. Eles pescavam, comiam se alimentava, hoje em dia não faz mais isso.

“O rio era limpo, eu tomava banho nele, a turma do José Bonifácio vinha com roupa pra lavar nele, minha mãe também lavava roupa neste rio, era peixe tinha muito, aí botaram as descargas de casa, as fezes toda dentro do rio, aí poluiu o rio. O pessoal nem lava roupa, nem toma banho, tinha banheiro a gente fazia barraca de empanada para tomar banho aí dentro do rio, porque a água era limpa, hoje em dia e só fezes”. (Suj.12).

Nas classes 1 e 3 as relações sociedade/natureza são evidenciadas, no tocante às desigualdades sociais, à degradação ambiental, e à perda da qualidade ambiental.

Os antigos moradores contam que, quando chegaram, encontraram um rio limpo, mas os aterramentos para a construção de moradias, o lixo e os dejetos nele depositados o transformaram num rio poluído e morto. Fica nítida a discussão sobre a degradação do rio Morno, e a perda da qualidade de vida.

A falta de políticas públicas que atendam a grande maioria da população urbana de baixa renda, no que diz respeito à moradia, constitui a principal causa do desequilíbrio

socioambiental, e não a população despossuída que ali se estabelece. Porém o conhecimento do senso comum impregnado pelo paradigma dominante encobre a realidade da qual a população é vítima, daí porque esta se sente culpada e inexoravelmente condenada a viver o drama da invasão e dos riscos a ela associado no seu dia-a-dia.

4.2 Relação Entre as Classes 2 e 5

A classe 2: Contexto Socioambiental corresponde a 25% do corpus analisado. As palavras que mais se repetem são: enchente; choveu/chuva; batente; bateu; água; transborda; levantar; canto, lugar, casa; desespero, angústia, sofrimento; Deus; casa rachada; vender; pobre, dinheiro.

Esta classe caracteriza o risco ambiental ao qual a população menos favorecida está exposta, por não ter condição de escolher onde morar, a pobreza é o fator determinante da ocupação. Nela retrata-se o medo e a angústia de viver às margens do rio Morno. O rio é visto como um risco de morte, um problema.

“[...] Sinto angústia, eu acho assim porque muitos aí não passam o que a gente passa, porque têm dinheiro, mas a gente é pobre, tem que aguentar isso aí mesmo. A gente é pobre, já tem o nome pobre, é muita angústia, é muito sofrimento quando esse rio enche. [...] Eles têm a casinha deles, lá tranquilo. A gente é pobre. É por isso! Se eu tivesse dinheiro, já tinha saído daqui. Eu ficar aqui, nunca na minha vida, aliás, eu já tinha saído há muitos anos atrás! Eu mesma sou nova, eu passei mal, vendo o rio encher, eu fiquei com falta de ar fui até pro hospital.” (Suj. 23)

“O problema é que a gente precisa, porque a gente já tá ali, coitado, condena ele, do jeito que tá, ele é o culpado, mas só que o culpado é quem mora nele. Ele é importante porque é da natureza, e é um problema porque a gente precisa e ele está incomodando. Ele é um problema, não tem como negar. Coitado! Ele está no canto dele, mas se está incomodando, fazer o quê? [...]. Porque a população cresceu, invadiram lá por trás do rio, e botaram umas casas por trás de outra, e ele ficou sem acesso, então muita gente tá morando por trás, eles tão fazendo casa atrás, muita casa, eu não sei se é prá ganhar mais casa.” (suj. 24).

“É o rio que transborda, rio Morno é lama, lixo é transtorno. Só Jesus proverá. Meu Deus! [...] Eu vou lhe dizer: é Deus que não deixa a gente apanhar um vírus, porque é tanta bactéria [...]. Eu disse: Jesus, tu estás vendo. Eu sei que tu vais prover de alguma coisa, porque ele diz na palavra dele, nada é impossível para Deus. Ele vai trabalhar no coração dos homens e vai ajudar a tirar a gente daqui, não só eu, todos que precisam a comunidade que precisa... Estas casas aqui dizem que tá no projeto de sair. Vamos pedir a Deus, que uns dizem. [...]. A gente está na dispensação dos homens e de Deus. Que Deus toque no coração deles pra fazer ... Orando prá a água abaixar, eu mesmo fiquei aqui, meu tio que mora do outro lado, só faltou enlouquecer!” (Suj. 7)

Há constatação, através do conhecimento simples dos moradores da beira do rio, de que ambos são vitimados, rio e população, numa relação de culpa, na qual, envolvidos pela ideologia dominante, se veem como causa, alienados do contexto histórico em que se inscrevem, numa relação conflituosa, marcada pelo antagonismo, em que os interesses econômicos e políticos são na realidade os grandes responsáveis e não os moradores que não têm onde morar.

A outra classe analisada, classe 5: Promessas do Poder Público corresponde a 29.34% do corpus. São palavras características desta classe: vão, vai; conversa mole, promessa, fala, falam; votar, votação; orçamento participativo.

Nesta classe fica evidente a exclusão da população carente, e mais uma vez a ausência de políticas públicas. Os discursos falam de abandono e esquecimento dos políticos. E de uma relação de exploração clientelista consolidada ao longo do tempo, pelas promessas de campanha política.

“Só faz promessa, na hora de votar eles vêm atrás da gente. Quando a gente precisa de um vereador, desses que faça pela gente, não aparece um, mas na hora da votação, aparece tanto vereador, tanto atrás da gente, pra ajudar. A gente também quer ajuda.” (Suj. 18).

“Votem em mim, que eu vou fazer. É só conversa mole, na realidade a gente não vê é nada, nada! Não vê melhoria de nada, aqui. Aqui quem faz é o povo. É cimentado! Mas quem cimentou? Foi os pobrezinhos, se reuniu eu, ela, Neide e a gente mesmo fez. Não por causa deles, eles não fazem nada, a gente cimentou a rua”. (Suj. 11).

A relação entre as classes 2 e 5 vai do contexto socioambiental da vivência cotidiana dos moradores da margem do rio Morno, ao contexto das relações políticas de poder. A ingerência política “fecha os olhos” às condições insalubres da ocupação de áreas impróprias, à moradia pela população mais pobre e ao risco a ela imposto.

A condição da ilegalidade das invasões consolida uma relação de poder que fortalece o clientelismo, os chamados “currais eleitorais”, e a relação de culpa dos moradores. A classe dominante, então, aliena a classe dominada através das promessas de campanha política. Estas promessas têm o sentido de manter a relação de dominação e estão ancoradas no sonho da moradia, e na sua impossibilidade devido à condição da pobreza.

Por tudo isso, sentimentos de abandono e exclusão repercutem no fanatismo, substituindo a ação pela resignação, assim os moradores da beira do rio confiam às mãos de Deus o seu destino.

4.3 Relação Entre a Classe 4: Políticas Públicas e as Demais Classes

A classe 4: Políticas Públicas representa 6,63% do corpus analisado. As palavras características dessa classe são: abandono; margens; residência, margem e ocupação; política pública; verba; sanitário; legal; transparente; projeto; legal; indenização; hoje; concreto; ambiente; areia; morador; PROMETRÓPOLE. A classe 4 diz respeito à atuação das políticas públicas na área.

O governo promete, chega até a fazer projeto, mas muitas vezes estes não saem do papel e do discurso.

“Ninguém sabe o que aconteceu, mas as consequências foram danosas, além da decepção, os moradores amargaram novas invasões nas margens que haviam sido desocupadas. [...] Mas o que levou à paralisação da obra até hoje ninguém sabe, e não foi por falta de interesse dos moradores em perguntar. Este descaso marcou muito a população que se sente abandonada e esquecida pelo poder público.” (Suj.16).

A classe 4 perpassa as demais classes, ela destaca a situação em que se encontra a população, diz respeito basicamente à falta de atuação do poder público no planejamento, implementação e gestão do espaço urbano e das pessoas. São obras de infraestrutura urbana de saneamento, saúde, educação e moradia que requerem vultosos investimentos, que estão fora do alcance das classes menos favorecidas. Isso se dá por não existir um estado verdadeiramente democrático, baseado na justiça social, com políticas destinadas a minimizar as grandes desigualdades sociais, de forma que:

Sua ação é marcada pelos conflitos de interesses dos diferentes membros da sociedade de classes, bem como das alianças entre eles. Tende a privilegiar os interesses daquele segmento ou segmentos de classe dominante que, a cada momento, estão no poder. (CORRÊA, 2004: 26).

A ausência da atuação do poder público e de políticas públicas destinadas à população de baixa renda se traduz no sentimento de abandono, de exclusão social, evidenciados nos discursos desta classe.

5 EDUCAÇÃO AMBIENTAL (EA)

Os resultados da interpretação dos discursos dos moradores revelam um contexto de dominação e fatalismo, que os imobilizam e acomodam. O sentimento de inferioridade enraizado historicamente pela ideologia dominante desqualifica-os na condução de suas vidas, visto que se consideram pobres e ignorantes.

Essa acomodação vivida pela população do rio Morno requer uma reflexão crítica das causas e dos fatores determinantes à sua superação. A educação ambiental se apresenta com esta proposta de refletir sobre a realidade e problematizá-la, a fim de oportunizar “saídas” para os problemas enfrentados pela população. Neste sentido, uma vez conhecido o contexto de vida dos que vivem no rio Morno, são necessárias ações para empoderar a população.

A EA como “práxis libertadora” comunga dos princípios freirianos e se faz presente por meio de uma relação dialógica, que propicia a “leitura do mundo”, priorizando a participação da população no contexto em que vive. Neste sentido a EA é muito mais do que promover a informação, tem como premissa a formação da cidadania participativa e do “sujeito ecológico”, capacitando os indivíduos na tomada de decisões. Para isso, trata o conhecimento de forma articulada, contextualizada, destaca a importância das inter-relações dos seres humanos e a natureza, considera o que Morim evidencia como “conhecimento pertinente”.

Deste modo, tratar a questão do planejamento urbano nos grandes centros urbanos requer ações em conjunto com a educação ambiental. O Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) destaca a importância de conjugar a EA a todas as ações de forma integrada a fim de reverter as situações de conflito socioambiental.

As estratégias de enfrentamento da problemática ambiental, para surtirem o efeito desejável na construção de sociedades sustentáveis, envolvem uma articulação coordenada entre todos os tipos de intervenção ambiental direta, incluindo nesse contexto as ações em educação ambiental. Dessa forma, assim como as medidas políticas, jurídicas institucionais e econômicas voltadas à proteção, recuperação e melhoria socioambiental, despontam também as atividades no âmbito educativo. (ProNEA, 2003).

A importância da participação da população no processo em que vive, através da discussão crítica do contexto socioambiental, associando a uma práxis libertadora, irá proporcionar, às populações segregadas e submetidas, esperança para promover a transformação de sua realidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil as desigualdades locais produzem uma forte exclusão social e espacial, constituindo-se um dos mais significativos limites às práticas democráticas de participação e cidadania.

Na comunidade do rio Morno, por exemplo, são grandes as carências e a pobreza é a grande limitação para que as pessoas se libertem e atuem. Basicamente há uma situação de violência estrutural, aquela que nasce do próprio sistema. Violência esta determinada

pelo risco ambiental que traz consigo medo e insegurança, por não haver condições financeiras para escolher onde morar; por serem vítimas do clientelismo e das falsas promessas do poder público, pela inexorabilidade dos fatos levando-os ao fatalismo, resultando a acomodação e a resignação dos moradores, excluindo-os do exercício da cidadania.

Em todo discurso fica evidente a ausência de políticas públicas que equacionem os problemas da falta de moradia e degradação ambiental. Neste sentido é fundamental a atuação do poder público e a participação dos moradores na solução dos graves problemas da comunidade das margens do rio Morno.

O resgate da democracia passa pelo cumprimento das promessas de campanha política que contempla a remoção e o estabelecimento da população em moradias dignas em locais adequados, equipados com infraestrutura urbana, e a recuperação do rio Morno. Outro fator importante é a recuperação da autoestima e o envolvimento político da população na solução de seus problemas, pois ninguém melhor que a própria comunidade para saber de seus problemas e de suas necessidades. Neste sentido a EA propõe o empoderamento da população, a fim de garantir a mobilização desta para o exercício pleno da cidadania.

A pesquisa deu voz aos que vivem à “margem” do rio Morno, através dos seus discursos foi desvelado o contexto de suas vidas, tal conhecimento é vital à superação dos conflitos socioambientais, portanto constitui-se importante subsídio ao planejamento urbano, e à intervenção em educação ambiental, a fim de que se alcance a justiça social e a sustentabilidade ambiental tão desejada em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

Acelrad, H. (1992) Cidadania e Meio Ambiente, *in* **Meio ambiente e Democracia**, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (EBADI), Rio de Janeiro.

Amorim, F. C. V. B. de e Lapa, T. A. (2006) **Projeto Rio Morno Articulando a Diversidade Construindo Singularidades**, II Congresso Luso Brasileiro Para O Planejamento, Urbano, Regional, Integrado E Sustentável, Universidade do Minho, Portugal.

Amorim, F. C. V. B. de (2009) **As Vozes dos que Vivem à “Margem” dos Rios Urbanos: Uma Análise do Contexto Socioambiental da Ocupação Urbana, Através dos Discursos da População**, Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Recife.

Bardim, L. (2004) **Análise de Conteúdo**, Lisboa, Edições 70.

Carvalho, I. C. M. (2004) **Educação Ambiental: a Formação do Sujeito Ecológico**, São Paulo, Cortez.

Chauí, M. (1996) **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**, Brasiliense, São Paulo.

Corrêa, R.L. (2004) **O Espaço Urbano**, Ática, São Paulo.

Freire, P. (1999) **Pedagogia da Autonomia**, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Freire, P. (2005) **Pedagogia do Oprimido**, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

Furtado, R. C.(2007) **Formação Econômica do Brasil**, Companhia das Letras, São Paulo.

Governo do Estado de Pernambuco (2003), **Plano Regional de Inclusão Social: Metropolitana Estratégica**, Governo nos Municípios 2004/2007, Recife.

Governo do Estado de Pernambuco (2000), Secretaria de Infra-Estrutura, Fundação de Desenvolvimento Metropolitano (FIDEM), **Plano Estruturador da Bacia do Beberibe**, Tema: Aspectos Ambientais, Recife.

Governo do Estado de Pernambuco (1979), Secretaria de Planejamento, Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife, FIDEM, **Assentamentos Sociais para a População de Baixa Renda-RMR**, Plano Diretor. Recife.

Leff, E. (2001) **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder, Vozes, Rio de Janeiro.

Leite, S.P.B.R. (2007) **Participação Popular e Acesso à Moradia**: Escolhas Possíveis para a População Removida por Intervenções de Melhoria Urbana do PREZEIS, Universitária da UFPE, Recife.

Loureiro, C.F.B., LAYRARGUES, P. P. e CASTRO, R. S. de. (2005) **Educação Ambiental**: Repensando o Espaço da Cidadania, Cortez, São Paulo.

Maricato, E. (2008) **Brasil, Cidades**: Alternativas para a Crise Urbana, Vozes, Petrópolis.

Melo, M. L. de. (1978) **Metropolização e Subdesenvolvimento**: o Caso do Recife, Universitária de UFPE, Recife.

Ministério do Meio Ambiente e da Educação (2003) **Programa Nacional de Educação Ambiental, ProNEA**, República Federativa do Brasil, acesso maio/2009, http://www.maternatura.org.br/servicos/biblioteca/pronea_ltima_vers_o.pdf,

Morin, E. (2003) **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**, Cortez, São Paulo.

Prado Jr., C. (1998) **História Econômica do Brasil**, Brasiliense, São Paulo.

Prefeitura da Cidade do Recife (2005) **Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife**, Recife.

Governo do Estado de Pernambuco (2003) **Plano Regional de Inclusão Social: Metropolitana Estratégica**. Governo nos Municípios 2004/2007, Recife.

Santos, M.(1985) **Espaço & Método**. Nobel, São Paulo.

Santos, M. (2004) **A Natureza e o Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Santos, M. F.S.; Almeida, L.M. (2005) **Diálogos com a Teoria da Representação Social**, Universitária da UFPE, Recife.

Souza, M.L. de. (2000) **O Desafio Metropolitano**: um Estudo Sobre a Problemática Sócio-espacial nas Metrôpoles Brasileiras, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.